



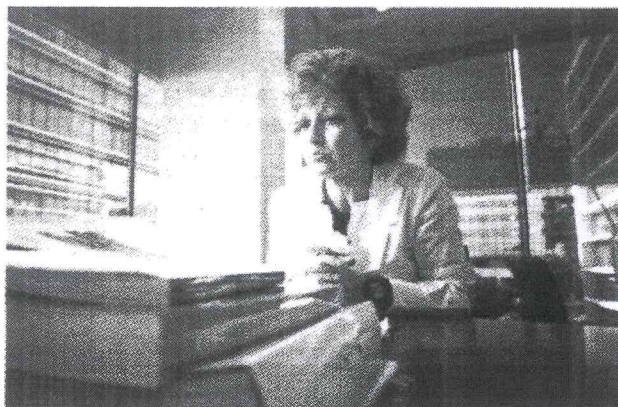
“O magistrado é que sabe aquilo que pode ser dito”

Maria José Morgado defende transparência na justiça, para evitar que se dê “uma visão desfocada” da mesma

Carina Fonseca
sociedade@jn.pt

“**A MEDIATIZAÇÃO** de certos processos cria, muitas vezes, deturpações sobre a realidade da justiça”, e “isso também acontece por culpa dos magistrados, porque a justiça não tem a transparência que podia ter”, afirmou Maria José Morgado, procuradora e diretora do Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP) de Lisboa, ontem, em Coimbra.

A justiça é “avaliada por dois ou três casos, por dois ou três tribunais”, e acaba por ser “levada ao cidadão através das redes sociais e da comunicação social, o que dá uma visão desfocada” da



Procuradora entende que magistrados devem informar

mesma, referiu Maria José Morgado, na conferência “Proximidade e eficácia numa justiça penal atuante”, na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Em declarações aos jornalistas, à margem da sessão, a procuradora esclareceu: “O modelo que defendo é que a informação seja prestada oportunamente, no momento em que for adequado à estratégia processual, pela autoridade judicial competen-

te em cada tribunal, pelo Ministério Público, responsável máximo nos respetivos serviços, ou pelo juiz que for presidente de um tribunal”. Sem recurso a serviços de as-

“MEDIATIZAÇÃO DE CERTOS PROCESSOS CRIA, MUITAS VEZES, DETURPAÇÕES”, AFIRMOU

sessoria. Informações como “a fase do processo, se houve acusação, se houve arquivamento, para quando está marcado o julgamento, qual foi a decisão”, devem, no entender de Maria José Morgado, ser comunicadas, de forma neutra, pelos magistrados. “Pela simples razão de que o magistrado é que sabe aquilo que pode ser dito do caso. É como um cirurgião: o cirurgião é que sabe onde está o mal que vai atacar”, acrescentou.

“Mais poder” para o MP

“Dar mais poder ao Ministério Público” na “aplicação do princípio de oportunidade de pequena e média criminalidade” levaria a uma resposta mais rápida e eficaz, sustentou ainda Maria José Morgado, mostrando-se descrente na mediação penal, um “sistema falhado” no que respeita à meta de “descongestionar” os tribunais de pequena e média criminalidade. ●